

Delga Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

- 1.** Até o término de nossos exames, a Companhia não nos apresentou uma análise que suporte que os custos dos estoques de matéria-prima, produtos em elaboração e acabados, no montante de R\$ 30.871 mil serão realizados pelo seu valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 24.722 nos estoques de produto em elaboração e acabados em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, não conseguimos obter evidências suficientes sobre o custo de entrada das matérias-primas e de que os gastos gerais de fabricação estão sendo alocados de forma apropriada aos produtos em elaboração e acabados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a valorização dos estoques de matéria-prima, produtos semi acabados e acabados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre o custo dos produtos vendidos.
- 2.** As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades avaliem os valores recuperáveis de seus ativos imobilizados quando houver alguma indicação que esse ativo tenha sofrido alguma desvalorização, sejam elas por condições internas ou externas. A atual situação de mercado, principalmente no segmento de negócio que a Companhia atua, trouxe uma redução significativa nos níveis de produção e consequentemente vendas. A Companhia não nos apresentou nenhum estudo que demonstrasse que seus ativos não tenham sofrido desvalorização. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a correta mensuração do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre a depreciação no resultado do exercício.



3. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía debêntures classificados no passivo não circulante no montante de R\$ 72.450 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de “covenants”. A Companhia não cumpriu com o prazo para a divulgação das demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado previsto no item 5.3.1.1 do inciso (iii) da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2015, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura, de deliberação futura dos debenturistas. No entanto, a Companhia obteve anuência dos debenturistas em Assembleia realizada em 14 de abril de 2016. Com base nesse documento, a Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 72.450 mil.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 3 acima, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Kátia Dantas
Contador CRC SP188864/O-3

Delga Indústria a Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | 2015 | 2014 | Passivo | Nota | 2015 | 2014 |
|--|------|-----------------------|-----------------------|--|------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 10.964 | 3.857 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 37.553 | 43.232 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 28.748 | 12.085 | Fornecedores | 11 | 42.015 | 36.612 |
| Estoques | 6 | 47.328 | 50.888 | Obrigações trabalhistas e sociais | 12 | 24.630 | 16.011 |
| Ativo fiscal corrente | 7 | 9.993 | 15.059 | Obrigações fiscais e tributárias | 13 | 29.778 | 4.841 |
| Outros créditos | | 593 | 793 | Parcelamentos de impostos - CP | 14 | 10.001 | 15.931 |
| Total do ativo circulante | | <u>97.626</u> | <u>82.682</u> | Outras contas a pagar | | 478 | 534 |
| | | | | Adiantamento de clientes | 15 | 14.756 | 7.440 |
| | | | | Total do passivo circulante | | <u>159.211</u> | <u>124.601</u> |
| Mútuos a receber de partes relacionadas | 8 | 3.836 | 2.956 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 124.405 | 128.373 |
| Depósitos judiciais | 16 | 2.117 | 1.957 | Parcelamentos de impostos - LP | 14 | 31.831 | 17.357 |
| Outros créditos | | 123 | 123 | Passivo fiscal diferido | 22 | 1.323 | 1.454 |
| Ativo fiscal não corrente | 7 | 13.964 | 13.587 | Provisão para Contingências | 16 | 1.468 | 1.468 |
| Total do realizável a longo prazo | | <u>20.040</u> | <u>18.623</u> | Total do passivo não circulante | | <u>159.027</u> | <u>148.652</u> |
| Imobilizado | 9 | 213.181 | 201.327 | Patrimônio líquido | | | |
| Intangível | 9 | 355 | 752 | Capital social | 17 | 49.379 | 39.379 |
| Total do ativo não circulante | | <u>233.576</u> | <u>220.702</u> | Prejuízo acumulado | | (36.415) | (9.248) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | <u>12.964</u> | <u>30.131</u> |
| | | | | Total do passivo | | <u>318.238</u> | <u>273.253</u> |
| Total do ativo | | <u><u>331.202</u></u> | <u><u>303.384</u></u> | Total do passivo e patrimônio líquido | | <u><u>331.202</u></u> | <u><u>303.384</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|---|------|------------------------|------------------------|
| Receita operacional líquida | 18 | 345.684 | 430.184 |
| Custos das mercadorias vendidas | 19 | <u>(326.745)</u> | <u>(424.417)</u> |
| Lucro bruto | | <u>18.939</u> | <u>5.767</u> |
| Despesas administrativas e gerais | 20 | (19.019) | (15.403) |
| Outras despesas operacionais | | (219) | (131) |
| Outras receitas operacionais | | <u>1.240</u> | <u>11.779</u> |
| Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos | | <u>941</u> | <u>2.012</u> |
| Despesas financeiras | 21 | (30.723) | (23.777) |
| Receitas financeiras | 21 | <u>2.484</u> | <u>3.509</u> |
| Despesas financeiras líquidas | | <u>(28.239)</u> | <u>(20.268)</u> |
| Prejuízo antes dos impostos | | (27.298) | (18.256) |
| Imposto de renda e contribuição social | 22 | <u>131</u> | <u>771</u> |
| Prejuízo líquido do exercício | | <u><u>(27.167)</u></u> | <u><u>(17.485)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Ind. e Com. S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Resultado do exercício | <u>(27.167)</u> | <u>(17.485)</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>(27.167)</u></u> | <u><u>(17.485)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria a Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | | | Reserva de lucros | | | | | |
|---|------|----------------|------------------------|---------------|----------------|----------------------------|-------------------|---------------|
| | Nota | Capital social | Reserva de reavaliação | Reserva legal | Lucros retidos | Total da Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2014 | | 39.439 | 4.436 | 472 | 7.667 | 8.139 | - | 52.014 |
| Redução de capital social | | (60) | - | - | - | - | - | (60) |
| Realização da reserva de reavaliação | | - | (4.436) | - | 98 | 98 | - | (4.338) |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | - | - | - | (17.485) | (17.485) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | <u>39.379</u> | <u>-</u> | <u>472</u> | <u>7.765</u> | <u>8.237</u> | <u>(17.485)</u> | <u>30.131</u> |
| Aumento de capital social | 17 | 10.000 | - | - | - | - | - | 10.000 |
| Prejuízo líquido do exercício | | - | - | - | - | - | (27.167) | (27.167) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | <u>49.379</u> | <u>-</u> | <u>472</u> | <u>7.765</u> | <u>8.237</u> | <u>(44.652)</u> | <u>12.964</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Ind. e Com. S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| (Prejuízo) Lucro antes dos impostos | (27.298) | (18.256) |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortização | 10.518 | 8.862 |
| Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 18.141 | 9.055 |
| Resultado na baixa de ativo imobilizado | 327 | 1.464 |
| (Reversão) / constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | 60 |
| | 1.688 | 1.185 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (Aumento)/diminuição dos ativos | | |
| Contas a receber de clientes | (16.663) | 5.569 |
| Estoques | 3.560 | 45.617 |
| Ativo fiscal corrente e não corrente | 4.689 | (9.183) |
| Outros créditos | 200 | 162 |
| Depósitos judiciais | (160) | 147 |
| (Aumento)/diminuição dos passivos | | |
| Fornecedores | 5.403 | (5.933) |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 8.619 | (592) |
| Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos | 33.481 | 1.183 |
| Adiantamento de clientes | 7.316 | (6.932) |
| Outras contas a pagar | (56) | (58) |
| Juros pagos | (10.337) | (21.631) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais | <u>37.740</u> | <u>9.534</u> |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | |
| Mútuo concedido a partes relacionadas | (880) | (1.603) |
| Aquisição de intangível | (19) | (279) |
| Aquisição de imobilizado | (9.412) | (23.615) |
| Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento | <u>(10.311)</u> | <u>(25.497)</u> |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas | 37.405 | 110.193 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas | (67.687) | (95.733) |
| Contas a pagar de partes relacionadas | (40) | (576) |
| Aumento de capital social | 10.000 | - |
| | <u>(20.322)</u> | <u>13.884</u> |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | <u>7.107</u> | <u>(2.079)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 3.857 | 5.936 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | <u>10.964</u> | <u>3.857</u> |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | <u>7.107</u> | <u>(2.079)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) possui sua sede no Município de Diadema, no Estado de São Paulo, representativo polo industrial do país, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia opera há mais de 50 anos no mercado industrial brasileiro e tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Planos de ação em andamento pela Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e deficiência de capital de giro. Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Discussão com os clientes, visando a recuperação de preços e negociação de prazos;
- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado, com redução de turnos e de jornadas de trabalho;
- Novos projetos ganhos para início de produção em 2016/2017 no montante de R\$ 77 milhões para os próximos 3 anos;
- Plano de redução de gastos, custos e investimentos; e
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 9** - definição de vida útil do imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Esses ativos abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| | |
|--------------------------------------|---------|
| Edifícios | 25 anos |
| Máquinas, equipamentos e ferramentas | 20 anos |
| Instalações | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Benfeitorias em imóveis terceiros | 25 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| | |
|----------|-----------|
| Software | 1- 5 anos |
|----------|-----------|

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que o grupo não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil finitas, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Arrendamentos

(i) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Serviços prestados

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos

impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2015 | 2014 |
|------------------------|-------------|-------------|
| Caixa | 22 | 26 |
| Bancos conta movimento | 8.178 | 1.320 |
| Aplicações financeiras | 2.764 | 2.511 |
| | 10.964 | 3.857 |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% (95% a 101% em 2014) dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5 Contas a receber

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------|-------------|
| Contas a receber de clientes nacionais | 28.209 | 23.560 |
| Contas a receber de clientes estrangeiros | 1.159 | 395 |
| | 29.368 | 23.955 |
| (-) Antecipação de recebíveis (i) | - | (11.250) |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (620) | (620) |
| | 28.748 | 12.085 |

- (i) Refere-se a antecipação de recebíveis através de contrato de cessão de crédito sem coobrigação ou direito de regresso, com obrigação pela liquidação diretamente por parte dos clientes da Companhia à instituição financeira cessionária. Em 2015 não foram feitas as antecipações, a Companhia possuía disponibilidade de caixa.

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

| Cliente | % de Concentração |
|----------------|------------------------------|
| Volkswagen | 35,28% |
| General Motors | 21,16% |
| Scania | 9,71% |
| Mercedes Benz | 9,52% |
| Outros | 24,33% |
| Total | 100,00% |

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------|---------------|---------------|
| A vencer | 18.477 | 21.084 |
| Vencidos: | | |
| até 30 dias | 7.413 | 1.744 |
| de 31 a 90 dias | 2.307 | 375 |
| de 91 a 180 dias | 259 | 119 |
| há mais de 180 dias | 912 | 633 |
| | <u>10.891</u> | <u>2.871</u> |
| | <u>29.368</u> | <u>23.955</u> |

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2015 | 2014 |
|----------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | (620) | (560) |
| (Constituição) | <u>-</u> | <u>(60)</u> |
| Saldo final | <u>(620)</u> | <u>(620)</u> |

6 Estoques

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Produtos acabados | 8.478 | 12.916 |
| Produtos semi acabados | 12.270 | 11.806 |
| Matérias-primas | 10.123 | 15.186 |
| Materiais de consumo auxiliares e outros | 1.066 | 1.264 |
| Ferramentais em construção | 6.415 | 4.892 |
| Adiantamento a fornecedores | 8.976 | 4.824 |
| | <u>47.328</u> | <u>50.888</u> |

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| IPI a compensar | 1.204 | 1.799 |
| ICMS a recuperar | 12.392 | 11.418 |
| IRPJ | 215 | - |
| Crédito Extemporâneo (i) | 6.813 | 11.521 |
| ICMS - CIAP | 2.855 | 3.302 |
| Pis sobre imobilizado em andamento | 19 | 1 |
| Cofins sobre imobilizado em andamento | 159 | 3 |
| ICMS sobre imobilizado em andamento | 30 | 66 |
| Outros | 270 | 536 |
| | <u>23.957</u> | <u>28.646</u> |
| Circulante | 9.993 | 15.059 |
| Não Circulante | 13.964 | 13.587 |

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 945 (R\$ 855 em 2014) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, a relação de mútuo há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo circulante

Mútuo a receber partes relacionadas

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Tamet Estamparia Pesada Ltda. | 1.794 | 1.544 |
| Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda | <u>2.042</u> | <u>1.412</u> |
| | <u><u>3.836</u></u> | <u><u>2.956</u></u> |

b. Passivo circulante

Mútuo a pagar partes relacionadas (Nota 10)

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------|-----------------|------------------|
| Delga Participações S.A | - | 40 |
| | <u><u>-</u></u> | <u><u>40</u></u> |

c. Resultado

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| Delga Participações S.A. - Aluguel de instalações | 3.249 | 2.208 |
| Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. - Aluguel de instalações | 372 | 343 |
| Tamet Estamparia Pesada Ltda. - Serviços Tomados | <u>279</u> | <u>222</u> |
| | <u><u>3.900</u></u> | <u><u>2.773</u></u> |

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- Delga - Diadema - Vencimento Outubro/15 - 6,72 - ICV/Diese
- Delga - Diadema - Vencimento Junho/15 - 7,98 - IGPM
- Delga - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/15 - 6,91- IGPM
- Fobrasa - Rua Almirante Lobo - Vencimento Novembro/15 - 6,59 - INPC/IBGE
- Fobrasa - Rua Piratininga - Vencimento Junho/15 - 7,98 - IGPM

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes.

9 Ativo imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada no quadro a seguir:

a. Custo

| | 31/12/14 | Adições | Baixas | Transferencia | 31/12/15 |
|-----------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Terrenos | 1.691 | - | - | - | 1.691 |
| Edifícios | 15.154 | - | - | - | 15.154 |
| Instalações | 10.862 | 264 | - | 5.939 | 17.065 |
| Máquinas e equipamentos | 160.202 | 7.354 | (1.327) | 9.989 | 176.218 |
| Móveis e utensílios | 1.427 | - | - | 17 | 1.444 |
| Veículos | 2.110 | - | (132) | (10) | 1.968 |
| Equipamentos CPD | 2.872 | 1 | - | - | 2.873 |
| Aparelhos e acessórios | 6.319 | 7 | (26) | (69) | 6.231 |
| Benfeitorias em imóveis | 696 | - | - | - | 696 |
| Veículos industriais | 478 | - | - | - | 478 |
| Instalações administrativas | 326 | - | - | - | 326 |
| Embalagens Industriais | 4.071 | 665 | - | 845 | 5.581 |
| Ferramentas | 878 | - | - | (5) | 873 |
| Software | 3.808 | 19 | - | - | 3.827 |
| Marcas e patentes | 38 | - | - | - | 38 |
| Imobilizações em andamento | 55.965 | 1.121 | - | (16.706) | 40.380 |
| Juros capitalizados | 14.087 | 12.871 | - | - | 26.958 |
| Total do custo | 280.984 | 22.302 | (1.485) | - | 301.801 |

b. Depreciação e amortização

| | Taxa de depreciação/ amortização % a.a. | 31/12/14 | Adições | Baixas | 31/12/15 |
|-----------------------------|--|-----------------|-----------------|--------------|-----------------|
| Edifícios | 4 | (5.408) | (486) | - | (5.894) |
| Instalações | 10 | (7.969) | (602) | 15 | (8.556) |
| Máquinas e equipamentos | 5 | (53.977) | (7.284) | 906 | (60.355) |
| Móveis e utensílios | 10 | (908) | (119) | 5 | (1.022) |
| Veículos | 20 | (1.208) | (219) | 142 | (1.285) |
| Equipamentos CPD | 20 | (2.385) | (177) | - | (2.562) |
| Aparelhos e acessórios | 10 | (2.706) | (601) | 84 | (3.223) |
| Veículos industriais | 20 | (471) | (6) | - | (477) |
| Embalagens Industriais | 10 | (34) | (523) | - | (557) |
| Software | | (3.094) | (416) | - | (3.510) |
| Instalações administrativas | 20 | (98) | (27) | - | (125) |
| Ferramentas | 10 | (647) | (58) | 6 | (699) |
| Total da depreciação | | (78.905) | (10.518) | 1.158 | (88.265) |
| Imobilizado líquido | | 202.079 | 11.784 | (327) | 213.536 |

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu a reavaliação de bens baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia avalia a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$9.023.

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilizado em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 26.958 (R\$ 14.087 em 2014).

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

| Modalidade | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Finame | 19.500 | 16.244 |
| Capital de giro | 22.102 | 29.939 |
| Capital de giro - moeda estrangeira | 6.284 | 3.561 |
| Arrendamento mercantil | 31 | 296 |
| BNDES | 31.955 | 33.100 |
| Debêntures | 82.086 | 88.425 |
| Delga Participações S.A (Nota 8) | - | 40 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | 161.958 | 171.605 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Passivo circulante | 37.553 | 43.232 |
| Passivo não circulante | 124.405 | 128.373 |

O vencimento do passivo não circulante pode ser assim demonstrado

| Período | 2015 | 2014 |
|----------------|-------------|-------------|
| 2017 | 49.525 | 41.601 |
| 2018 | 44.443 | 33.794 |
| 2019 | 20.480 | 30.496 |
| 2020 | 5.789 | 15.862 |
| 2021 | 4.168 | 6.620 |
| | <hr/> | <hr/> |
| | 124.405 | 128.373 |

Aquisição de ativo imobilizado - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 2,50% a 8,70%. - Vencimento 15/01/2020.

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, 4,17% a.a + SELIC - Vencimento 15/09/2021.

Capital de giro - Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial. - Vencimento 05/08/2017.

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 02/07/2016.

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debêntures com a liquidação da 1ª emissão

| | |
|---|--|
| Classificação da emissão: | 2ª emissão |
| Data da emissão: | 14 de abril de 2014 |
| Data final da liquidação: | 14 de maio de 2019 |
| Quantidade: | 900 |
| Valor total da emissão: | R\$90.000 |
| Espécie: | A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada. |
| Forma : | Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado |
| Remuneração mensal : | Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a. |
| Pagamento da remuneração mensal: | Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a. |
| Pagamento do principal: | Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015. R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal. |
| Garantias : | Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas. |
| Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano): | Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 . |
| Obrigações adicionais - Outras | Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros. |

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 12/05/2019, conforme seguem:

| | RS |
|------------------------|---------------|
| Parcela de curto prazo | 9.636 |
| Parcela de longo prazo | 72.450 |
| Total | <u>82.086</u> |

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.106 (R\$ 2.224 mil em 2014) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias e restrições usuais de mercado.

Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A, para os quais a Companhia obteve waiver em dezembro de 2015. Em relação ao cumprimento do prazo para divulgação das demonstrações financeiras completas após cada término de exercício social, o waiver foi obtido em abril de 2016.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

11 Fornecedores

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores nacionais | 40.330 | 34.631 |
| Fornecedores do exterior | <u>1.685</u> | <u>1.981</u> |
| | <u>42.015</u> | <u>36.612</u> |
| Circulante | 42.015 | 36.612 |

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Ordenados e salários | 1.779 | 2.613 |
| Encargos sociais - INSS e FGTS | 9.238 | 2.255 |
| Provisão de férias e encargos | 8.825 | 9.841 |
| Rescisões a pagar | 3.620 | - |
| Outras obrigações trabalhistas | <u>1.168</u> | <u>1.302</u> |
| | <u>24.630</u> | <u>16.011</u> |

13 Obrigações fiscais e tributárias

| | 2015 | 2014 |
|-------------|---------------|--------------|
| ICMS | 11.963 | 2.861 |
| ISS | 12 | 21 |
| IRRF | 2.882 | 13 |
| IPTU | 6 | - |
| INSS | 5.728 | 60 |
| PIS/ COFINS | <u>9.187</u> | <u>1.886</u> |
| | <u>29.778</u> | <u>4.841</u> |

14 Parcelamentos de impostos

| Circulante | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Parcelamentos tributários - ICMS | 7.157 | 13.869 |
| Parcelamento RFB Lei 12.966/2014 | - | 3 |
| Parcelamento INSS Lei 11.941/09 | 881 | 813 |
| Parcelamento RFB Lei 11.941/09 | 1.289 | 1.189 |
| Parcelamento INSS | 611 | - |
| Parcelamento de processos trabalhistas | <u>63</u> | <u>57</u> |
| Total | <u>10.001</u> | <u>15.931</u> |
| | | |
| Não circulante | 2015 | 2014 |
| Parcelamentos tributários - ICMS | 18.457 | 4.981 |
| Parcelamentos RFB Lei 12.966/2014 | - | 2 |
| Parcelamento INSS Lei 11.941/09 | 1.028 | 1.761 |
| Parcelamento RFB Lei 11.941/09 | 10.101 | 10.504 |
| Parcelamento INSS | 2.187 | - |
| Parcelamento de processos trabalhistas | <u>58</u> | <u>109</u> |
| | <u>31.831</u> | <u>17.357</u> |

Parcelamentos tributários

Entre 2007 e 2015, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

Referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 62 a 106 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 38 a 50 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

15 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2015 R\$ 14.756 (em 2014 R\$ 7.440) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

16 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, esta sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

| Natureza | 31/12/2014 | Adições | 31/12/2015 |
|--------------|--------------|----------|--------------|
| Trabalhistas | 1.468 | - | 1.468 |
| | <u>1.468</u> | <u>-</u> | <u>1.468</u> |

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$ 2.117, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.957 em 2014), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui contingências no montante de R\$ 17.904 (R\$ 3.149 em 2014) cuja expectativa de perda está classificada como possível, na opinião de seus consultores jurídicos. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 49.379 (R\$ 39.379 em 2014), representado por 49.378.391 Ações Nominativas (39.378.391 ações nominativas em 2014) no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscrito e integralizado pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

| Sócio-Acionista | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Delga Participações S.A. | 49.378.389 | 39.378.389 |
| Maria Ione Victtolo Delgado | <u>2</u> | <u>2</u> |
| | <u>49.378.391</u> | <u>39.378.391</u> |

No ano de 2015 foi feito um aporte de capital totalizando R\$ 10.000, passando o mesmo de R\$ 39.379 para R\$ 49.378, mediante a emissão de 10.000.000 ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Delga Participações S.A.

Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela Companhia em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

18 Receita operacional líquida

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Receita de venda de mercadorias | 445.657 | 515.196 |
| Receita de Ferramental | 18.773 | 39.823 |
| Receita de Prestação de Serviços | - | 47 |
| Deduções da receita - impostos incidentes e outros | <u>(118.746)</u> | <u>(124.882)</u> |
| Receita operacional líquida | <u>345.684</u> | <u>430.184</u> |

19 Custos dos serviços prestados e produtos vendidos

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Mão de obra direta | (50.336) | (56.127) |
| Materiais diretos | (164.091) | (243.650) |
| Outros custos diretos | (21.475) | (21.770) |
| Custos indiretos fabricação | <u>(90.843)</u> | <u>(102.870)</u> |
| | <u>(326.745)</u> | <u>(424.417)</u> |

20 Despesas administrativas, comerciais e gerais

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Despesa com pessoal | (13.877) | (10.056) |
| Serviços de consultoria | (811) | (360) |
| Gastos mercadológicos | (197) | (297) |
| Depreciações e amortizações | (1.221) | (624) |
| Seguros | (184) | (335) |
| Gastos com tecnologia da informação | (1.271) | (2.087) |
| Impostos e taxas | (189) | (119) |
| Despesas gerais | <u>(1.269)</u> | <u>(1.525)</u> |
| | <u>(19.019)</u> | <u>(15.403)</u> |

21 Resultado financeiro

Despesas financeiras

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (18.141) | (12.355) |
| Juros, descontos e IOF | (1.681) | (4.954) |
| Tarifas bancárias | (1.096) | (189) |
| Variação cambial passiva | (2.323) | (2.781) |
| Variação monetária dos empréstimos e financiamentos | (3.673) | (2.453) |
| Multa de mora | (2.806) | - |
| Outras despesas financeiras | (1.003) | (1.045) |
| | <u>(30.723)</u> | <u>(23.777)</u> |

Receitas financeiras

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Juros e descontos | 382 | 307 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 333 | 81 |
| Variação monetária ativa | 450 | 261 |
| Variação cambial | 1.319 | 2.771 |
| Outras receitas financeiras | - | 89 |
| | <u>2.484</u> | <u>3.509</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(28.239)</u> | <u>(20.268)</u> |

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está apresentada como segue:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| (Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | (27.298) | (18.256) |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Pela alíquota fiscal combinada | 9.281 | 6.207 |
| Adição permanente de despesas não dedutíveis | (8.125) | (5.378) |
| Adição Reserva de Reavaliação | (1.025) | (58) |
| Outros | (1.025) | (58) |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Diferido | 131 | 771 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | 131 | 771 |
| Alíquota efetiva | 4,8% | 4,2% |

b. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Depreciação | <u>(1.323)</u> | <u>(1.454)</u> |
| Passivo fiscal diferido | <u>(1.323)</u> | <u>(1.454)</u> |

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e possa utilizar os benefícios destes.

23 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, era de R\$ 620 representando 2 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

| Ativo | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.200 | 1.346 |
| Aplicações financeiras | 2.764 | 2.511 |
| Contas a receber de clientes | 28.748 | 12.085 |
| Mútuos a receber de partes relacionadas | 3.836 | 2.956 |
| Outros créditos | 716 | 916 |
| | <u>44.264</u> | <u>19.814</u> |

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Delga.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

| | Valor contábil | Até 1 ano | Superiores há 1 ano |
|--|-----------------------|------------------|----------------------------|
| Ativos | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.200 | 8.200 | - |
| Aplicações financeiras | 2.764 | 2.764 | - |
| Contas receber de clientes | 28.748 | 28.748 | - |
| Outros créditos | 716 | 593 | 123 |
| Mútuos a receber de partes relacionadas | 3.836 | - | 3.836 |
| | <u>44.264</u> | <u>40.305</u> | <u>3.959</u> |
| Passivos | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 161.958 | 37.553 | 124.405 |
| Fornecedores | 42.015 | 42.015 | - |
| Outras contas a pagar | 478 | 478 | - |
| | <u>204.451</u> | <u>80.046</u> | <u>124.405</u> |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | Valor contábil | |
|--|----------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Instrumentos de taxa variável | | |
| Ativos financeiros | | |
| Aplicações financeiras | 2.764 | 2.511 |
| | 2.764 | 2.511 |
| Instrumentos de taxa fixa | | |
| Passivos financeiros | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 161.958 | 171.565 |
| | 161.958 | 171.565 |

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| Exposição patrimonial | Exposição | Risco | Taxa de juros efetiva em 31/12/2015 | Cenários | | | | |
|---------------------------------|-----------|-----------------|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | | I - Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| 1 - Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 2.764 | Variação do CDI | 13,23% | 366 | 457 | 549 | 274 | 183 |
| 2 - Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (161.958) | Variação do CDI | 13,23% | (21.427) | (26.784) | (32.140) | (16.070) | (10.713) |
| 1 + 2 | | Efeito | | (21.061) | (26.327) | (31.591) | (15.796) | (10.530) |
| Exposição patrimonial | Exposição | Risco | Taxa de juros efetiva em 31/12/2014 | Cenários | | | | |
| | | | | I - Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| 1 - Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 2.511 | Variação do CDI | 10,81% | 271 | 339 | 407 | 203 | 136 |
| 2 - Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (171.565) | Variação do CDI | 10,81% | (18.546) | (23.182) | (27.819) | (13.909) | (9.273) |
| 1 + 2 | | Efeito | | (18.275) | (22.843) | (27.412) | (13.706) | (9.137) |

Risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia não possui recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| <i>(em milhares de USD)</i> | | |
| Fornecedores do exterior | (432) | (823) |
| | (432) | (823) |

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

| | Taxa à vista | | Taxa média | |
|-----|--------------|--------|------------|--------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| USD | 3,9048 | 2,6562 | 3,8690 | 2,3531 |

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

| | | Cenários | | | | |
|--------------------------|-------------------|-------------|--------|---------|---------|--------|
| | | I -Provável | II 25% | III 50% | IV -25% | V -50% |
| Fornecedores no exterior | Valorização Dólar | (432) | (540) | (648) | (324) | (216) |
| | Efeito | (432) | (540) | (648) | (324) | (216) |

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

| | NE | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | Total em 31 de dezembro de 2015 |
|--------------------------------------|----|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 8.200 | - | 8.200 |
| Aplicações financeiras | 4 | 2.764 | - | - | 2.764 |
| Contas a receber de clientes | 5 | - | 28.748 | - | 28.748 |
| Outros créditos | | - | 716 | - | 716 |
| Mútuos a receber partes relacionadas | 8 | - | 3.836 | - | 3.836 |
| Total | | 2.764 | 41.500 | - | 44.264 |
| | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | - | - | 161.958 | 161.958 |
| Fornecedores | 11 | - | - | 42.015 | 42.015 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 478 | 478 |
| Total | | - | - | 204.451 | 204.451 |
| | | | | | |
| | NE | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Passivos pelo custo amortizado | Total em 31 de dezembro de 2014 |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 1.346 | - | 1.346 |
| Aplicações financeiras | 4 | 2.511 | - | - | 2.511 |
| Contas a receber de clientes | 5 | - | 12.085 | - | 12.085 |
| Outros créditos | | - | 916 | - | 916 |
| Mútuos a receber partes relacionadas | 8 | - | 2.956 | - | 2.956 |
| Total | | 2.511 | 17.303 | - | 19.814 |
| | | | | | |
| Passivos | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | - | - | 171.565 | 171.565 |
| Fornecedores | 11 | - | - | 36.612 | 36.612 |
| Mútuos a pagar partes relacionadas | 8 | - | - | 40 | 40 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 534 | 534 |
| Total | | - | - | 208.751 | 208.751 |

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

| | <u>31/12/2015</u> | |
|--|---------------------------|------------------------|
| | Valor Contábil | Valor Justo |
| Passivos | | |
| Empréstimos, financiamentos e debentures | 161.958 | 161.958 |

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

** * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0